



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

ATA DA 24ª (VIGÉSIMA QUARTA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2021/2024, realizada no dia oito de agosto de dois mil e vinte e três, sob a condução do Sr. ver. Leandro Máximo Caixeta, presidente da Câmara Municipal de Patrocínio, que declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às nove horas e cinco minutos. Foi executado o hino nacional. A leitura bíblica foi feita pelo vereador Alexandre Vitor Castro da Cruz. Estavam presentes, na chamada inicial, os (as) Srs. (as) vereadores (as): Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Leandro Máximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. A ata da 23ª reunião ordinária de 2023 foi aprovada por unanimidade e sem alterações. Foi lido ofício encaminhado pelo vereador Thiago Oliveira Malagoli, justificando sua ausência em razão de compromissos previamente agendados. **Foram devolvidos aos autores, de acordo com o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação, pela rejeição da matéria: Processo de Lei nº 677/2023** – Dispõe sobre sanções para condutas discriminatórias cometidas por pessoas físicas, jurídicas e agentes públicos contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no município de Patrocínio/MG. (autor: Ver. Thiago Malagoli); **Processo de Lei nº 683/2023** – Implementa o Programa de Incentivo à Diversidade Racial nas empresas sediadas em Patrocínio/MG. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz); **Processo de Lei nº 691/2023 (PL nº 27/2023)** – Estabelece regramento para denominação de espaços públicos e dá outras providências (autor: Prefeito Municipal); **Processo de Lei nº 695/2023** – Define a implantação de área verde que ofereçam abrigo e alimento aos polinizadores no município de Patrocínio/MG (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). **Foi apresentado, sem discussão, e encaminhado às Comissões permanentes para emissão de parecer, o Processo de Lei nº 706/2023** – Dispõe sobre os direitos dos doadores de sangue no município de Patrocínio (autor: Ver. Paulinho Peúca). O vereador Paulo César de Lima Júnior (Peúca), solicitou a apresentação de duas indicações na ordem do dia, solicitando ponto facultativo aos servidores do Poder Executivo no dia 14 de agosto de 2023, além de uma sala de espera para os pacientes que vão para Barretos. A solicitação foi votada e aprovada por unanimidade, com 12 (doze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni

Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. Ausente do Plenário o vereador - José Roberto dos Santos (Salitre). O presidente Leandro Máximo Caixeta retirou de pauta, em razão da ausência do autor, os seguintes projetos de lei: **Processo de Lei nº 651/2023** – Dispõe sobre a inclusão, no calendário de eventos oficiais, do mês “Maio Furta-Cor”, dedicado às ações de incentivo ao cuidado e promoção da saúde mental materna, no âmbito do município de Patrocínio e dá outras providências (autor: Ver. Thiago Malagoli); **Processo de Lei nº 673/2023** – Dispõe sobre a implantação do Jardim Sensorial no âmbito do município de Patrocínio e dá outras providências. (autor: Ver. Thiago Malagoli); **Processo de Lei nº 690/2023** – Dispõe sobre a publicidade de informações relacionadas às emendas parlamentares que destinam recursos ao município de Patrocínio (autor: Ver. Thiago Malagoli). **1ª (PRIMEIRA) VOTAÇÃO: Processo de Lei nº 688/2023** – Institui o Programa Municipal de Incentivo às Batalhas de Rimas aos Saraus e aos Slams. (autor: Ver. Prof. Natanael Diniz). O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que essas manifestações culturais são uma realidade nas periferias do país. Explicou que o sarau é a reunião de pessoas para declamar poesias. Que o SLAM é uma competição de poesias. Que em Patrocínio já tem um grupo que realiza essa prática. Que ainda falta apoio da Secretaria de Cultura. O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 13 (treze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. **Processo de Lei nº 689/2023** – Institui o programa municipal de Construção de calçadas para famílias de baixa renda de Patrocínio. (autor: Ver. Carlos Alberto Silva). O vereador Carlos Alberto Silva (Carlão) informou que tenta aprovar esse projeto há anos. Que o intuito é de ajudar as pessoas carentes que não têm condições de construir as calçadas de suas residências. Que espera que o prefeito não vete essa proposição. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) parabenizou o autor do projeto e lamentou que vereadores tenham votado contra o Programa Moradia Digna anteriormente. O projeto foi votado e aprovado por unanimidade, com 13 (treze) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. **DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Veto total**



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

à **proposição de Lei Complementar nº 38/2023 (PCLC nº 51/2023)** – Altera a Lei Complementar nº 50 de 18 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a estrutura administrativa, estabelece o quadro de cargos, funções e respectiva remuneração da câmara municipal de patrocínio, revoga a lei complementar nº 29/05 e demais alterações posteriores e dá outras providências.; e a lei Complementar nº 78 de 20 de dezembro de 2010, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos para os servidores públicos da Câmara Municipal de Patrocínio; cria os cargos de provimento efetivo de Agente de Manutenção e Reparos e Analista de Informática. (autoria: Mesa Diretora). O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que o projeto em questão era também uma forma de pressionar para que o Executivo melhorasse o plano de carreira dos seus servidores. Que o Poder Legislativo é independente. Que alguns servidores ganham mais que vereadores porque a realidade de quem trabalha há 30 anos é diferente de quem chega a uma administração há poucos meses. Que o teletrabalho mencionado na proposição era uma possibilidade. Que a mensagem do veto cita moralidade e imprudência. Questiona o porquê disso. Mencionou que a possibilidade de um dia de falta é um incentivo, uma vez que nem sequer ao FGTS os servidores têm direito. Que o Executivo não respeita o piso dos profissionais da Educação e nem os da enfermagem. Que o vilão do serviço público não é o servidor. Que se existisse moralidade na administração, não existia colônia de mansões de secretários, como alguns dizem. Que o que houve foi dor de cotovelo do prefeito. Que em 7 anos, ele não fez nada para os servidores. Que se a questão for o teletrabalho, o dia do servidor, o revezamento no recesso e a verba de gabinete, poderiam retirar tudo isso e aprovarem somente a valorização dos servidores. Que o aumento da remuneração dos assessores permitiria, na prática, a criação de mais 15 vagas de emprego. Que as críticas ao salário de alguns servidores se devem à falta de consciência de classe. Que todos podem prestar concursos públicos. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que o Legislativo foi estilhaçado por alguns sites da cidade. Que quando o projeto foi aprovado por unanimidade, os parlamentares estavam em consonância que o Poder Legislativo precisa de melhorias. Que os vereadores sofreram com fake News. Que toda vez que a Câmara tenta fazer uma melhoria, os vereadores são linchados. Que alegaram que o projeto facilita a ocorrência de rachadinhas. Que quem deve fiscalizar isso é o Judiciário. Que não existe verba de gabinete, mas contratação de assessores. Que as justificativas apresentadas no veto são um pouco sem nexo. Que o subsídio dos vereadores é uma vergonha. Que as câmaras das cidades da região pagam bem mais. O vereador Odirlei José de Magalhães explicou que na reunião realizada com os parlamentares anteriormente, talvez não tenha entendido alguns pontos do projeto. Que alegaram principalmente a necessidade de realização de um concurso público. Que não

teve o projeto em mãos. Que infelizmente votaram a proposição em regime de urgência. Que o projeto é abrangente e capta mais do que entendeu naquela reunião. Que é uma reforma administrativa da Câmara. Que no veto há um falso discurso moralista. Que 60 horas extras são distribuídas a bel prazer no Executivo. Que há servidores que, se dobrarem a jornada de trabalho, ganham o dobro, como médicos e membros do corpo jurídico. Que é contrário ao arranjo do projeto, e por isso votará favoravelmente ao veto. A vereadora Adriana Fátima de Paula Magalhães pediu, como membro da Mesa Diretora, que os demais membros se reúnam para apresentarem outro projeto, a fim de não prejudicarem os servidores. O vereador Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz pediu que façam um projeto novo, mantendo a valorização dos servidores e a realização do concurso público. O presidente Leandro Máximo Caixeta destacou que sempre que foi procurado, explicou sobre esta proposição. Que trabalha com clareza e transparência. Que as realidades do Executivo e do Legislativo são diferentes. Que, desde 2008, nenhum Presidente propunha melhorias para a classe de servidores. Que isso deveria servir de exemplo para o Poder Executivo. Que, se daqui 10 anos, por exemplo, for Chefe do Executivo, talvez possa propor algo parecido. Que faz isso como gestor. Que quer valorizar todos os servidores. Que se oito vereadores assinarem, irão propor outro projeto, sem constar o reajuste de verba de gabinete. Que foram feitos estudos para construção dessa proposição durante 90 dias. Que se preocupa quando fazem devolução ao Executivo, mas não sabem como esse dinheiro é gasto. Que, embora devoluções fossem feitas, a Câmara carecia de melhorias estruturais, como a reforma do telhado. O veto foi votado nominalmente e mantido, com 09 (nove) votos favoráveis, 02 (dois) contrários e 01 (uma) abstenção. Votaram favoravelmente os vereadores Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Roberto Margari de Souza. Votaram contrariamente os vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz e Paulo Roberto dos Santos (Paxita). A vereadora Adriana Fátima de Paula Magalhães se absteve. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) esteve ausente do Plenário. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Paxita) disse que não vota contra projeto que foi favorável. Que a valorização dos servidores é necessária. Que outro projeto nesse sentido deve ser feito. **MOÇÕES E INDICAÇÕES.** INDICAÇÕES: De autoria do vereador Paulinho Peúca: nº 1756/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a criação de um complexo esportivo e bosque de caminhada no lote existente entre as ruas Rua Cedilina Carolina do Carmo, Ana Leonor de Paula, Alberto Sanarelli e Prof. Antônio de Queiroz Cardoso; nº 1757/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Saúde, a contratação de mais de um agente de saúde para cada Micro da UBS



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

do bairro Marciano Brandão (micro 01, 02 e 04); nº 1758/2023 – solicitado juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a ligação das ruas Contorno e Geraldo José Esteves Pires; nº 1761/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras, a construção de uma varanda para recepcionar pacientes na UBS do bairro Marciano Brandão; nº 1762/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras, a construção de cobertura, com telha transparente, da 1ª claraboia da recepção da UBS do bairro Marciano Brandão; nº 1763/2023 – solicitando que seja dado ponto facultativo, no dia 14 de agosto, aos servidores do Poder Executivo; De autoria do vereador Prof. Natanael Diniz: nº 1759/2023 – solicitando juntamente à Secretaria Municipal de Obras, a construção de meio-fio na Avenida Benedito Romão de Melo, próximo à passarela que faz cruzamento com a rua Dr. Infante Vieira; De autoria do vereador Valtinho: nº 1760/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras, a reforma do “rancho”, local utilizado como cozinha em eventos realizados pela comunidade de Mata do Silvano; De autoria dos vereadores Paulinho Peúca e Adriana de Paula: nº 1764/2023 – solicitando juntamente ao Secretário Municipal de Obras a volta da sala de espera dos pacientes que vão ser atendidos em Barretos. **Foram APROVADAS, em bloco e por unanimidade, com 13 (treze) votos, as INDICAÇÕES acima relacionadas.** Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) solicitou que o sr. Eric Fernando Alves seja ouvido no Grande Expediente. A solicitação foi votada e aprovada, com 10 (dez) votos. Votaram favoravelmente os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila). Ausentes os vereadores Alexandre Vitor Castro da Cruz - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Roberto Margari de Souza. O vereador Odirlei José de Magalhães cobrou explicações da Secretaria de Saúde sobre o porquê do processo seletivo de contratação de agentes de saúde e endemias está parado há um ano. Que há carência desses profissionais na cidade. Que se preocupa com a questão da dengue na região, uma vez que, embora estejamos no inverno, ainda há registro de casos. Que teme pelo que acontecerá no verão, quando a proliferação desse mosquito é ainda maior. Que conseguiu verba para compra de um carro para atender aos pacientes de São João da Serra Negra,

mas que ele ainda não está sendo utilizado para esse fim. Que questionou o responsável da pasta sobre isso, mas não obteve resposta. Que o transporte de pacientes carentes já acontece em Silvano e Salitre, e poderia ocorrer também em São João da Serra Negra.

Requerimento de Informações nº 035/2023 – solicitando ao Presidente do CIS Paranaíba e ao Secretário Municipal de Saúde, o nome de todas as pessoas que fizeram os procedimentos (exames e cirurgias) pelo CIS Paranaíba e pela Secretaria Municipal de Saúde, do ano de 2017 até a presente data. (autor: Ricardo Balila). O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que uma lista foi divulgada com fins políticos. Que em todas as gestões secretários e vereadores foram atendidos na Saúde municipal. Que todos podem se utilizar do SUS. Questionou se isso acontece só no governo atual. Informou que pessoas divulgaram essa lista visando a próxima eleição. Que essa prática ocorre há décadas. Que, no âmbito federal, os parlamentares também pedem ao Ministro da Saúde para que alguém seja atendido. Que isso não vai mudar. Que membros da base do governo e seus parentes também adoecem. Que a discussão sobre a verba do Hospital do Câncer é um desserviço à sociedade. Que a população precisa voltar a acreditar na entidade. Questionou se as listas de atendimentos na Saúde de gestões passadas também serão divulgadas. O vereador Odirlei José de Magalhães frisou que o maior incômodo da população não é com quem foi atendido, mas se a isonomia do processo por atendimento foi respeitada. Questionou se todos que procuram o serviço público de saúde teriam oportunidade de fazer cirurgias de quase 40 mil reais, como um secretário teve. Disse que o assunto é sério e deveriam até pensar em outros mecanismos para trata-lo. Que a Câmara deve avaliar a possibilidade de instaurar uma CPI. Que há uma senhora que está a mais de 50 dias na Santa Casa esperando uma cirurgia no fêmur. Que há 4 pessoas nessa mesma situação. Que é preciso saber como funciona o CIS Paranaíba. Que a lista com nome de outras pessoas, por si só, não responderá aos questionamentos da população. O vereador Florisvaldo José de Souza (Valtinho) explicou que a cirurgia mencionada pelo vereador Odirlei é de alta complexidade, e o Município não tem a pactuação. Que pediu ajuda ao deputado Zé Vitor para resolverem o problema. A vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) questionou se não poderia ser autorizada a realização de mais cirurgias como foi autorizada a do secretário de Esportes. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) disse que pessoas foram expostas nessa lista. Que seguiu o trâmite comum de requerimento para realização de exames. Que o vereador que expôs essa lista deveria solicitar o seu pedido de exame. Que esse vereador mencionou poucas pessoas, e deveria citar todo o resto que utilizou desses serviços. Que por isso apresentou o requerimento de informações. Que, se for aprovado, irá mencionar outros nomes. Que fará uma lista bem feita. Que nunca pegou diária na Câmara. Que seu pai recentemente precisou ser atendido



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

pelo SUS. Que não poderia deixar de levar o seu pai ao Pronto Socorro por ser vereador. Que se alguém furou fila para atendimento, isso deve ser investigado pelo Ministério Público. Que não tem plano de saúde particular. Questionou se ele e seus familiares não podem ser atendidos pela saúde pública municipal. Informou que estão usando do seu nome para fazer política. Que podem pegar lista de anos anteriores a 2017 também. Que não deveriam fazer politicagem com a saúde. Que ninguém o procurou para perguntar quando foi atendido no serviço de saúde e porquê. A vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) informou que o SUS é só para quem não tem condições de pagar por um serviço privado. Que um vereador fez exames no valor de 420 reais, indagando se ele não teria condições de pagar por isso. Que os vereadores têm um convênio com a Unimed que dá desconto. Que o uso desse serviço tira a oportunidade de outra pessoa que não têm condições de pagar. Que, se fosse o caso de um tratamento de câncer ou de um acidente, estaria tudo bem. Que, entretanto, é incoerente um vereador utilizar do SUS pra fazer exames que custam 420 reais. Que isso é um absurdo. Que tiram o direito de quem não têm condições financeiras. O vereador Roberto Margari de Souza explicou que nunca teve plano de saúde. Que há casos em que os médicos particulares orientam os pacientes a fazerem o tratamento pelo SUS. Que é usuário do SUS. Questionou se não poderia fazer isso. Disse que estão usando do assunto para fins políticos. Que o ato de citar nomes através de listas é ilegal. Que isso constrange os pacientes. A vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) disse que, se precisarem, devem utilizar o SUS para fazerem tratamento. Questionou se os exames que constam da lista foram realizados para diagnosticar doenças graves. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) alegou que a vereadora Francisca (Chiquita) mencionou que quem recebe mais de 6 mil reais por mês não pode utilizar o SUS. Que essa parlamentar criou seus filhos na política. Que todos tem o livre arbítrio de utilizar o SUS ou o serviço particular de saúde. Que ele não é obrigado a pagar plano privado de saúde. Que utiliza do serviço público porque é pagador de impostos. Que também utiliza desses serviços para ter conhecimento de como anda o atendimento do SUS. Que, independentemente de renda, todos têm direito a esse programa. Que o que a vereadora Francisca (Chiquita) pensa é problema dela. A vereadora Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) disse que milita na política desde 1988. Que sua família tem a ilusão de mudar o sistema político local. Que desejam que a Câmara fiscalize o Poder Público. Que sua família utilizou o SUS quando seu filho foi assassinado, e o SAMU e o Corpo de Bombeiros buscaram o corpo. Que o vereador Ricardo Balila quer justificar o que não tem justificativa. Que qualquer um que precisar do atendimento do Pronto Socorro o receberá, independentemente de sua renda. Que, entretanto, pedidos de exames é uma situação diferente. Que o requerimento de informações poderia ser para apresentação de lista de



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

trabalhava de forma imparcial, e que alegou que a proposição não era constitucional porque iria expor os pacientes. Que discorda, pois a lista em questão é de procedimentos, e permite o acompanhamento do andamento da fila de atendimentos, por meio de senhas. Que o problema em discussão não é ser ou não atendido pelo SUS, mas se há isonomia no procedimento. Que o que precisam é de 5 assinaturas de vereadores a fim de que seja aberta uma CPI para investigarem tudo. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz mencionou que há vereador que fez politicagem com o SUS. Que na pandemia alegavam que políticos deveriam utilizar o SUS, mas agora são criticados por isso. Que votou contra o requerimento de informações por acreditar na transparência do CIS Paranaíba. Teceu elogios à saúde pública local. Frisou que este debate é chulo e patético, e só ocorre devido estarmos na véspera de ano eleitoral. Que sabe a diferença de política e politicagem. Que essa discussão é um desserviço à população. Estavam presentes, na chamada final, os vereadores Adriana Paula de Fátima Magalhães - Alexandre Vitor Castro da Cruz - Carlos Alberto Silva (Carlão) - Florisvaldo José de Souza (Valtinho) - Francisca Carneiro dos Santos (Chiquita) - José Roberto dos Santos (Salitre) - Leandro Máximo Caixeta - Natanael Oliveira Diniz - Odirlei José de Magalhães - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo César de Lima Júnior (Peúca) - Paulo Roberto dos Santos (Panxita) - Raquel Aparecida Rezende Moraes - Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) - Roberto Margari de Souza. **GRANDE EXPEDIENTE.** O Sr. **Eric Fernandes** disse que o vereador Prof. Natanael não precisa falar indiretamente sobre fake news, mas pode o processar se entender que é cabível. Que a Câmara deveria cumprir a lei de 2012, mencionada pelo vereador Odirlei, e prevê a transparência nos requerimentos relacionados à saúde. Que lei fala que a lista deve ser detalhada informando a sequência de pessoas na fila por atendimento. Que todos os parlamentares podem utilizar o SUS. Questionou porque eles têm prioridade em detrimento da população. Informou que viu o líder do Governo pedindo que os colegas levantassem e votassem contra o requerimento de informações, indagando se os vereadores não têm autonomia. Que não precisam pedir o prefeito para o calarem. Que faz parte da base do governo, mas é homem e não se cala. Que falaram que divulga fake news, mas isso não procede. Que o facebook da Câmara hoje não tinha o link da reunião. Que na sua opinião, como eleitor e cidadão, todos os vereadores são covardes. Que todos os 15 são assim. Que não abre exceção para nenhum deles. Que cada vereador deveria colocar o seu cartão SUS à disposição da população e exigir o cumprimento da lei de 2008. Que continuará apoiando o prefeito. Que essa Casa de Leis é uma vergonha. Que não é candidato a vereador. Que para fazer esse tipo de política não quer. Que, no ano passado, a Câmara gastou 215 mil reais em publicidade, mas que não consegue informações, no Portal da Transparência, de como foram gastos. Pediu que alguns vereadores aprovem um requerimento com pedido

de entrega de empenhos com documentação. Que deveriam colocar esse pedido em regime de urgência e dar transparência "aqui nessa porcaria". Que os parlamentares faltam com decoro. Que não será candidato no ano seguinte. Questionou porque não cumprem com as leis que foram aprovadas nesta Casa. Pontuou que alguns vereadores falam além do prazo previsto no Regimento Interno, mas que, com cidadãos não deixam isso acontecer. Pediu que todos os vereadores criem "vergonha na cara" e parem de votar quando outro colega pede para se levantarem. Destacou que há pessoas que aguardam o atendimento do SUS e não são atendimentos, questionando porque com vereadores e seus parentes e amigos isso não ocorre. Que deveriam votar como representantes do povo, porque ganham bem e têm mordomias. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz disse que os vereadores votam como querem. Que têm liberdade para isso. Que devem satisfação à população e prestam esclarecimentos a eles. Que é o eleitor que vai decidir. Que cada vereador tem sua história e não adianta virem aqui denegrir a imagem do Poder Legislativo. Que criticam o governo e falam que são base dele. Que "mordem e assopram". Que não cospe em prato que comeu. Que têm que ouvir cada coisa de uma pessoa em um descontrole emocional total. Durante a fala do vereador Prof. Natanael Diniz, o sr. Eric Fernandes adentrou no espaço reservado para os parlamentares, quando foi advertido pelo Presidente da Casa de que isso não poderia acontecer. Nesse momento, voltou para o espaço reservado ao público e fez sinal com mãos chamando o vereador Ricardo Balila, que foi ao seu encontro. O vereador Paulo Roberto dos Santos (Panxita) informou que seu cartão SUS está à disposição. Que vai apresentar requerimento de informações com dados sobre os valores gastos com a publicidade pelo Legislativo. Que é um vereador independente. Que não se considera da oposição. Que ninguém manda em seu voto. O vereador Ricardo Antoni Rodrigues (Balila) mencionou que protocolou indicação solicitando que os romeiros que vão para Romaria possam recolhendo os lixos que foram deixados no caminho. Que também pede ao Secretário de Obras que mande uma equipe com essa finalidade. O vereador Prof. Natanael Oliveira Diniz pediu que fosse registrado em ata que, quando estava se pronunciando, o cidadão que fez uso do Grande Expediente tentou adentrar ao Plenário em uma tentativa de agressão. Disse que fará um boletim de ocorrência. Que o fato deve ser registrado em ata para que, caso aconteça qualquer coisa com sua integridade física, a população já fique sabendo. O presidente Leandro Máximo Caixeta explicou que, quanto à verba de publicidade, nos anos de 2021 e 2022, a Presidência da Casa era de outro parlamentar. Que, quanto a sua gestão, a licitação para a contratação de agência de publicidade foi feita recentemente, e o valor a ser gasto é de 235 mil reais, devido à atualização quanto ao período anterior. Que essa correção acontece a cada 5 anos, e agora foi feita com base na inflação e no orçamento da Casa. O sr. Eric

Balila

Prof.

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

Proprietário

Odinele

Handwritten signature

J. Luperon

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE
PATROCÍNIO
ÉTICA E COMPROMISSO

Fernandes pediu que constasse em ata que não tentou agredir nenhum parlamentar, mas que estava tentando falar com o vereador Ricardo Balila. O presidente Leandro Máximo Caixeta declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, às doze horas e oito minutos, da qual eu, Luís Felipe Nunes Oliveira, Ouvidor Legislativo da Câmara Municipal de Patrocínio e Secretário *ad hoc*, lavrei esta ata que, lida, julgada conforme e aprovada, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e três.

Luís Felipe Nunes Oliveira

Adriana Fátima de Paula Magalhães
Adriana Fátima de Paula Magalhães

Carlos Alberto Silva
Carlos Alberto Silva

Francisca Carneiro dos Santos
Francisca Carneiro dos Santos

Leandro Máximo Caixeta
Leandro Máximo Caixeta

Odirlei José de Magalhães
Odirlei José de Magalhães

Paulo Roberto dos Santos
Paulo Roberto dos Santos

Ricardo Antoni Rodrigues
Ricardo Antoni Rodrigues

Thiago Oliveira Malagoli

Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz
Alexandre Vitor Castro da Cruz

Florisvaldo José de Santos
Florisvaldo José de Santos

José Roberto dos Santos
José Roberto dos Santos

Natanael Oliveira Diniz
Natanael Oliveira Diniz

Paulo César de Lima Júnior
Paulo César de Lima Júnior

Raquel Aparecida Rezende Moraes
Raquel Aparecida Rezende Moraes

Roberto Margari de Souza
Roberto Margari de Souza